



**10º Encontro Internacional de Política Social**  
**17º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: *Democracia, Participação Popular e Novas Resistências*  
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

---

**Eixo:** Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

## **Contrassensos da racionalidade institucional na cultura crítica do Serviço Social**

### **Resumo:**

Esse artigo de cunho teórico-crítico é um substrato dos resultados da nossa pesquisa de doutoramento em Serviço Social, na qual utilizamos o materialismo-histórico dialético como método de pesquisa e a análise e interpretação de dados bibliográficos como estratégias de investigação acerca das determinações que envolvem o avanço atual do conservadorismo e da “captura” da subjetividade profissional no âmbito do Serviço Social, a partir da delimitação de 35 artigos publicados nos anais do XVI CBAS do ano de 2019. Apresentamos, portanto, um dos elementos evidenciado na pesquisa que trata especificadamente de como a incorporação da racionalidade e das diretrizes institucionais como fundamento do trabalho profissional recai no contrassenso à cultura crítica do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Racionalidade e diretrizes institucionais; Cultura crítica do Serviço Social.

## **Contrasts of institutional rationality in the critical culture of Social Work**

### **Abstract:**

This theoretical-critical article is a substrate of the results of our doctoral research in Social Work, in which we use dialectical historical-materialism as a research method and the analysis and interpretation of bibliographic data as research strategies regarding the determinations that involve the current advance of conservatism and the “capture” of professional subjectivity within the scope of Social Service, based on the delimitation of 35 articles published in the annals of the XVI CBAS of the year 2019. We therefore present one of the elements highlighted in the research that specifically deals with how the incorporation of rationality and institutional guidelines as the foundation of professional work contradicts the critical culture of Social Work.

**Keywords:** Social service; Rationality and institutional guidelines; Critical culture of Social Work.

## **1. Introdução**

Analisar as demandas e diretrizes profissionais da assistente social na contemporaneidade é ir aos fundamentos da própria profissão, tendo como norte a concepção de profissão que alimenta e se retroalimenta no projeto ético-político, o qual em meio a oito décadas de existência do Serviço Social, vem se construindo e se consolidando de forma hegemônica, a partir dos anos de 1979, tendo como elemento norteador a defesa das conquistas da emancipação política e ao mesmo tempo, o reconhecimento dos seus limites à ordem burguesa e a necessidade histórica de um projeto político voltado à emancipação humana, por meio de um conjunto de dimensões que se autoimplicam e se autoexplicam, mesmo determinando-se no conjunto de uma categoria e sociedade complexa e heterogênea.

Tendo esse ponto de partida, nota-se que subsunção real das demandas

profissionais à racionalidade institucional, por meio de suas demandas e diretrizes, no âmbito do trabalho das assistentes sociais é um dado concreto e permeado por um conjunto de contradições e mediações, ainda mais em tempos de agudização da barbárie e ataques ao mundo do trabalho. Essa dimensão só se torna inteligível, a partir do momento que entendemos o lugar do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho, bem como apreendemos as mediações que compõem o objeto do trabalho profissional, qual seja a questão social, em suas múltiplas e facetadas expressões.

É preciso repor o debate acerca das requisições profissionais no trabalho da assistente social, a partir do movimento que compreende a apreensão crítica da questão social, enquanto objeto de estudo e trabalho do Serviço Social, bases da cultura profissional progressista, crítica e propositiva, a partir dos fundamentos da teoria de Marx, a qual vem se expressando desde a década de 1970, com o movimento de renovação dessa profissão no Brasil.

Essas questões, longe de estarem equacionadas, aparecem em nosso processo de pesquisa, desde a graduação; ficam mais evidentes durante o mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no qual tive a oportunidade de me debruçar sobre a discussão do *ethos* profissional, observando como tal categoria se evidenciou nas falas das entrevistadas; e reaparece nos artigos selecionados e analisados como fonte de dados de nossa pesquisa, compilados dos anais do XVI CBAS (2019), desenvolvida no âmbito do doutorado em Serviço Social na mesma instituição.

Dessa forma, nesse artigo trazemos reflexões de parte da nossa tese de doutoramento em Serviço Social, que teve como objetivo central apreender o movimento das determinações que envolvem o avanço atual do conservadorismo e da “captura” da subjetividade profissional no âmbito do Serviço Social contemporâneo em detrimento do trabalho profissional de acordo com a cultura crítica da profissão. A pesquisa, no todo, se constituiu de forma bibliográfica e documental. No âmbito bibliográfico delimitamos as seguintes categorias analíticas: precarização do trabalho; trabalho profissional; projeto ético-político e crise do capital. No que se refere aos documentos analisados, temos como bases primárias aqueles que dão materialidade do projeto ético-político, bem como resoluções e notas técnicas do Conjunto CFESS/CRESS. Ainda, de forma complementar, utilizei alguns fragmentos das entrevistas realizadas no âmbito da minha pesquisa de mestrado, tendo em vista que

certas questões careciam de mais aprofundamento.

E de forma sintética, podemos concluir que toda vez que o conservadorismo avança na sociedade brasileira, ele aprofunda fissuras na cultura crítica do Serviço Social, impactando diretamente na legitimidade, interpretação, incorporação e materialidade do projeto ético-político. Abordo, então, aqui, um desses pontos críticos evidenciados na pesquisa: *que é a incorporação da racionalidade e das diretrizes institucionais como fundamento do trabalho profissional, a qual recai no contrassenso à cultura crítica do Serviço Social.*

## **2. Trabalho e Alienação: Determinações na questão social, enquanto objeto de intervenção do Serviço Social**

Temos a nítida apreensão teórica de que o trabalho é central e funda a organização da vida social. Dessa forma, a assistente social está inserida na divisão social e técnica do trabalho, como trabalhadora assalariada, e, portanto sujeita à alienação na sociedade capitalista, como uma partícipe de processos de trabalhos coletivos, bem como parte dos processos contraditórios que envolvem a relação trabalho e capital, a qual determina as relações de produção e reprodução social e seu sistema estruturante, que tem como base a produção da riqueza, e ao mesmo tempo a produção da miséria, da exploração do trabalho, da manutenção da propriedade privada, e, portanto, do conjunto das contradições que são geradas a partir dessa relação, o que se convencionou chamar de “questão social”, sendo esta o objeto de trabalho do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Mesmo a questão social sendo o elo que legitima e institucionaliza a profissão de Serviço Social no Brasil, é somente após a ditadura militar-empresarial que o debate sobre ela adentra na academia, mais especificamente no Serviço Social, como seu objeto de investigação e intervenção, interpretando-a a luz da teoria marxista.

A interpretação da questão social que ganha legitimidade na profissão, e a qual estamos vinculados, advém de Netto (2011) quando afirma que ela remete as contradições da relação capital/trabalho, já que ao mesmo tempo em que o capitalismo se reproduz e acumula riqueza ele gera, também, uma população que vive da venda de sua força de trabalho, e cada vez mais pauperizada.

A questão social se acentua em proporção ao desenvolvimento das forças

produtivas, quanto mais se desenvolve as formas de se obter a acumulação do capital mais a questão social se torna latente, mais ela é percebida como uma ameaça à ordem social. Nesse sentido, várias são as formas de enfrentá-la, seja através das políticas sociais seja através da repressão e da violência policial (NETTO, 2001).

A questão social, sob essa abordagem, só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade brasileira, como produto das relações sociais que envolvem relações de classes, processos de produção e reprodução da vida social, entendendo que o seu surgimento, desenvolvimento e aprofundamento estão associados ao movimento do capital, se agudizando nas crises próprias desse sistema e em seus processos de alienação.

Assim, pensar a questão social na formação sócio-histórica do Brasil é situá-la no âmbito da nossa herança colonial-escravocrata, que chega aos nossos dias e atinge em sua maioria a classe trabalhadora da periferia, negra, a qual ao longo dos séculos já sofre com as piores formas possíveis de reprodução social.

Especificamente, a análise que precisamos fazer acerca da questão social é que ela perpassa pelo conjunto das condições de acumulação do capital, e, em sua particularidade de capitalismo dependente no Brasil (GALEANO, 2012), o qual nos últimos 100 anos, com a constituição do trabalho assalariado, vêm expandindo a “superexploração da força de trabalho” (MARINI, 2011), recompondo sua formação social. Essa particularidade precisa ser reivindicada para pensar criticamente sobre a questão social na modernidade, que vai conformando uma superpopulação relativa, um exército industrial de reserva, que no Serviço Social, também convencionou chamar de *exército assistencial de reserva*.

Por meio de tais aproximações, tornar-se visível que as questões particularizantes da prática profissional da assistente social se relacionam à polarização entre interesses expressos pelas classes fundamentais do capitalismo (capitalista e trabalhadora); ao fato de que a profissional em sua ação tem a tendência a ser cooptada pelos que possuem uma posição dominante; e a contradição inerente à constituição do Serviço Social, no que tange à reprodução em sua ação (ao mesmo tempo e em uma mesma atividade) de interesses contrapostos, podendo responder tanto a demandas do capital como do trabalho, pela qual se fortalece um ou outro polo pela mediação de seu oposto (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O trabalho da assistente social é mediatizado por uma instituição, seja ela

pública, privada ou organização da sociedade civil, o que nos leva a firmar que essa profissional é “chamada a constituir-se no agente institucional de ‘linha de frente’ nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por esses mesmos serviços” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 121).

Nesse interim, de forma a enriquecer nossas reflexões, buscamos fragmentos das falas de algumas entrevistas, nas quais evidenciam pontos de como tem se dado a compreensão da natureza das demandas profissionais, e como a assistente social tem sido requisitada para atender tais demandas, por meio do seu trabalho. Tais pontos foram analisados com maior aprofundamento durante a pesquisa de doutorado, pois essas expressões dão base para o fortalecimento de culturas profissionais não críticas e/ou acríicas, que em última instância dão densidade ao *ethos* idealista-formal no Serviço Social. Assim, acerca das demandas que chegam às profissionais, nos foram dadas as seguintes explicações:

As demandas que chegam até nós são a necessidade dos direitos. São moradores de rua e chegam lá atrás dos seus direitos. Ter pelo menos uma alimentação, lá tem o lugar deles dormirem que aí é uma casa que tem um vínculo, que é a Casa Cidadão [...] Eu percebo muito o que as pessoas falam: Não porque é morador de rua, coitado, sim, tem uns que realmente precisam de verdade, já tem outros que gosta dessa vida (E4, 22a, formanda).

A existência das demandas surge a partir do momento que entra uma interna na instituição. Nós, aqui fora estamos livres para suprir nossas necessidades, entretanto, as internas não têm essa liberdade, aí elas procuram o Serviço Social porque não podem sair para suprir as necessidades, aí o Serviço Social tem esse papel de tá suprimindo as necessidades (E5, 26a, formanda).

O que mais chega ao Serviço Social é a questão do transporte. Eu acho que todo santo dia quando eu estava estagiando, eram várias e várias solicitações de transporte intermunicipal. De Teresina para os municípios do interior e etc (E6, 21a, formanda).

Muitas vezes o Serviço Social quer exercer uma atividade, quer elaborar um projeto, mas não há recursos, então ele trabalha com o que ele tem. Eu creio que há possibilidade de fortalecer o exercício profissional dentro da instituição estatal de outras formas, através de doações, através de trabalho feito pelas internas, tanto é que eu sugeri ter uma loja lá, em que as internas iam produzir artesanato e desses iriam surgir recursos para que suprissem as necessidades, porque se a gente for esperar o Estado, o trabalho da gente nunca vai ser realizado. **Aí o Serviço Social bater de frente com o Estado é muito complicado, entendeu?** Assim, falando não em termos científicos, mas o que eu vejo lá. Porque, eu mesmo, meu Projeto de Intervenção foi a questão da brinquedoteca. A brinquedoteca foi realizada com outra aluna que é estagiária lá, nós duas conseguimos várias doações, mas o Estado não doou, entendeu? Quem doou, quem se sensibilizou foi a diretora da penitenciária que doou algumas coisas para a brinquedoteca, que ela nos ajudou, nos auxiliou, mas é muito complicado, principalmente por ser terceirizado, né? (E5, 26a, formanda).

No conjunto dessas falas se evidencia a existência de contradições no modo de produção que estrutura as relações sociais e o trabalho profissional, um sistema de mediações, historicidade e totalidade da vida social, o que requer uma concepção teórico-metodológica capaz de apreender esse movimento como expressões da questão social, e assim recompô-la como um todo articulado elevando à categoria de demanda profissional, e não como manifestações que se assenta única e exclusivamente na carência dos recursos materiais, aumento da pobreza, acesso a determinados direitos institucionalizados como apontam algumas falas. Essas mediações são determinações históricas e culturais mais gerais que estão colocadas na totalidade social.

Verifica-se o quanto o *ethos* conservador é parte das relações profissionais, tendo em vista o que se observa nos trechos das falas: um processo que subsumi as demandas socioprofissionais à sua dimensão institucional, pois ao analisar o conjunto complexo das determinações que compõem as expressões da questão social, podemos observar que para as entrevistadas as demandas sociais acabam reduzidas à leitura da instituição e não da demanda em si, ou seja, elas estacionam suas análises na superfície e na imediaticidade institucional, o que impossibilita o desenvolvimento de um trabalho profissional na direção do projeto ético-político profissional.

É na superfície da singularidade que se expressa a prática profissional. No plano da imediaticidade, as determinações e as mediações que dão sentido e concretude ao campo de intervenções profissionais, está subsumida a positividade dos fatos. Tomando, para efeito de configurar teoricamente a emergência das *demandas sócio-profissionais*, o traço predominante nos campos requisitantes da ação profissional do assistente social, a subalternidade técnica e política, o referido quadro de determinações acima citado fica oculto por relações típicas das reações cotidianas da burocracia institucional (PONTES, 2010, p. 167).

O que se tem nesse contexto é a tendência da profissional tomar para si a demanda em sua forma imediata, que se expressa pelas mediações e interesses da instituição; reduzir as possibilidades do trabalho profissional a respostas postas pela instituição ou pelos instrumentos das políticas, programas, projetos e serviços sociais em que estão inseridas. E, quando se sai dessa bolha institucional, o que se pode observar é o assumir responsabilidades para si, que não compete a profissional, como consta em uma das falas, em que a entrevistada aponta que para implementar alguns projetos precisam elas mesmas buscarem os recursos, a partir das formas empreendedoras e gerenciais, próprias das contrarreformas operadas no Estado brasileiro. Seguindo essa discussão, no próximo tópico abordaremos as contradições

presentes na relação entre o assumir a racionalidade e as diretrizes institucionais como sendo sócioprofissionais em detrimento da vinculação profissional à cultura crítica do Serviço Social.

### **3. A incorporação profissional da racionalidade e das demandas institucionais frente à cultura crítica do Serviço Social brasileiro**

Em nossas análises observamos o quanto se faz presente no cotidiano de várias profissionais um discurso de cariz ideológico da própria instituição, e que muitas vezes é incorporado pelas profissionais, pelo qual se transversa o empreendedorismo e o empoderamento, enquanto saídas que anulam as determinações sociais em que o sujeito está envolvido, e dimensiona para ele, em sua singularidade, a responsabilização pela superação da situação em que se encontram. Estas, portanto, são verdadeiras expressões, de práticas profissionais conservadoras, distorcidas, caóticas, fragilizadas, e, até mesmo, com significados antagônicos à cultura crítica, contribuindo para a perpetuação da reprodução de um ciclo vicioso do paternalismo e do subjetivismo liberal.

Outra expressão identificada na pesquisa foi a constituição de uma **fila de espera para o Serviço Social com demandas que não dizem respeito à profissão**, ou seja, tem crescido a procura pelo atendimento, só que muitas das demandas que ali chegam não dizem respeito às atribuições e competências profissionais da assistente social, recaindo na lógica de inespecificidade da profissão, ou seja, tudo aquilo que não se resolve em outro setor ou profissão leva-se ao Serviço Social, como se a profissional não tivesse uma especificidade própria, um objeto de trabalho próprio, e assim deve incorporar demandas que não lhe competem.

[...] a falta de entendimento sobre a função e atribuições do Serviço Social resulta em várias situações de encaminhamentos equivocados para as salas de atendimento do Serviço Social, o que *gera uma fila de espera com demandas que são atribuições de outros setores* (SILVA ET AL, 2019, p. 9, *grifos nosso*).

Essa tendência parece estar presente no Serviço Social por uma interpretação ainda conflituosa sobre o seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, pois ao ser alçado como uma profissão eminentemente prática e interventiva, para muitos, a assistente social acaba sendo um “faz-tudo”, de modo a minimizar suas habilidades e competências profissionais, hipervalorizando o seu trabalho manual, a qual deve,

portanto, assumir para si um conjunto de demandas e responsabilidades, que muitas vezes não são de sua competência, sob o imperativo institucional de que se não fizer será considerada descompromissada com o trabalho e com a instituição.

O resultado desse processo é a geração de novos conteúdos e não demandas para a prática profissional, se pensados a partir das competências e atribuições profissionais construídas no âmbito da cultura crítica, que em última instância contribui para a remodelagem das condições de trabalho e a redefinição de práticas que impactam na reconfiguração do objeto de atuação do Serviço Social nesses espaços.

Por outro lado, mesmo diante de todas essas mudanças, é no campo da cultura crítica que o Serviço Social também vem buscando formas de manter viva essa direção sem que comprometa tanto sua identidade, por isso, mesmo diante da emergência desse processo, torna-se imperativo por parte das profissionais a “busca permanente de novas condições de operar a atividade profissional em face da necessidade de estabelecer meios, modos e formas de lidar com as ‘insistentes’ e expressivas manifestações da questão social” (MOTA; AMARAL, 2016, p. 38), sem cair no campo do *ethos* idealista-formal.

A expansão de um *trabalho polivalente e difuso* é outro ponto identificado na pesquisa, que impacta na objetividade e subjetividade da assistente social, tendo em vista viver-se um processo de “captura” da subjetividade do/a trabalhador/a, já que a produção do capital é também, ao mesmo tempo, a produção e negação da subjetividade humana, instaurando um campo inédito de contradições ao alocar um conjunto de novas e difusas possibilidades ao mundo do trabalho, sob os auspícios da acumulação flexível (ALVES, 2011), situação verificável nos fragmentos aportados dos artigos analisados:

Exigem-se trabalhadores polivalentes, multifuncionais, que exerçam várias funções ao mesmo tempo, com a elevação da jornada de trabalho, sem que, entretanto, haja aumento de salário (SILVA ET AL, 2019, p. 04).

Exigência de profissionais cada vez mais polivalentes, multifuncionais, com foco no trabalho por resultados e com perfis de liderança que muito se assemelham às empresas econômicas (FERNANDES; OLIVEIRA, 2019, p. 10).

Nesse extrato podemos observar que o mercado de trabalho tem exigido das profissionais uma forma de atuação polivalente e multifuncional, diante do aumento de demandas inespecíficas e difusas que chegam às instituições. Essa heterogeneidade das demandas e a forma imediata que a assistente social é convocada a respondê-las são

próprias do cotidiano profissional, aspecto insuprimível da dinâmica capitalista, que resulta na seguinte equação: quanto mais demandas difusas e inespecíficas são direcionadas à profissional, mais polivalente torna-se o seu trabalho, o descaracterizando.

Diariamente, assistentes sociais e tantos outros/as trabalhadores/as se veem obrigadas a tornar o seu trabalho polivalente, regimentados pelas instituições empregadoras, e acabam realizando jornadas duplas, às vezes triplas de trabalho, exercendo múltiplas funções, ainda com salários que não dão conta de manter uma vida digna, pois “o mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da ‘cultura fordista’, fortemente especializados, e os substituem pelo trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da era toyotista” (ANTUNES, 2005, p. 78).

Essas reconfigurações no mundo do trabalho é uma das determinantes concretas que tem impellido a um expressivo número de assistentes sociais a condição de se submeter a situações institucionais que vão de encontro ao projeto ético-político profissional, o que vai demarcando a construção de um perfil profissional, próprio do *ethos* idealista-formal: polivalente, imediatista, criativo (nos moldes institucionais), despojado de toda crítica teórica e política construída pela categoria no âmbito do projeto profissional, se restringindo a ações e avaliações, tanto singulares quanto pontuais.

Nesse aspecto podemos perceber que a apreensão tortuosa ou mesmo não apreensão das competências e atribuições profissionais, a partir da racionalidade dialética, tendem a submeter às profissionais aos ditames do cotidiano, por meio das próprias orientações institucionais, o que vai delineando a sedimentação de um novo perfil profissional, contrário àquele que tem sido forjado no campo da teoria crítica.

Assim sendo, torna-se fundamental a profissional o acionamento da racionalidade dialética como forma de suspensão do cotidiano, mesmo que as condições concretas não possibilitem o aprofundamento da autonomia relativa naquele espaço, já que nessa condição a profissional ao fazer algumas determinações institucionais não às faz sem uma avaliação crítica daquela realidade, o que a *posteriori* pode contribuir para o alargamento da sua autonomia profissional.

Para além das atribuições privativas da assistente social, as competências profissionais abrem um leque de possibilidades para nossas intervenções profissionais, desde que nos qualifiquemos para ocupar esses espaços. Atribuições e competências

profissionais se efetivam, portanto, no terreno invariavelmente contraditório e polarizado pelos projetos societários, cuja direção em disputas permanentes medeia o trabalho profissional nos diferentes espaços que nos inserimos.

O trabalho profissional é também produto vivo de suas agentes, do protagonismo individual e coletivo dessa categoria, compreendendo-o como um processo carregado de tensões, as quais podem em determinadas circunstâncias influir na autoimagem da profissão, a exemplo, do que se tem convocado a acreditar haver uma crise profissional. Ainda, devemos considerar que “no terreno da atuação profissional, entretanto, o espaço ocupacional não é exclusivo da assistente social e é onde estão presentes as relações de poder, a competitividade entre trabalhadores/as, as ingerências das causas privadas sobre os interesses públicos” (CFESS, 2012, p. 30).

Aprendemos que as requisições institucionais são distintas, e nas instituições empregadoras prioriza-se o trabalho burocrático, as demandas pragmáticas, as respostas imediatas, com o preenchimento de muitas planilhas pré-elaboradas, em base de tecnologias de informáticas e comunicação, sobrepondo a atuação rotineira do trabalho técnico ao trabalho técnico-criativo: plantões, visitas domiciliares, pareceres socioeconômicos de acesso a benefícios que subordinam atividades educativas. Parâmetros elevados de produtividade são impostos as assistentes sociais, dentre muitas outras requisições.

No atual contexto de avanço da acumulação flexível somada ao conservadorismo presente nas relações sociais, se enraíza a tendência da assistente social atribuir um valor à sua demanda socioprofissional subsumindo-a a demanda institucional, donde qualquer método de análise do real é tido como válido, caindo no campo do relativismo metodológico, o que incide também em um processo de relativismo ético e político<sup>1</sup>, que, nos termos de Pontes (2010, p. 168),

[...] aparece ao intelecto do profissional despida de mediações, parametrada por objetivos técnico-operativo, metas e uma dada forma de inserção espacial (bairro, município etc), programática (divisão por projetos ou áreas de atuação) ou populacional (crianças, idosos, migrantes etc). Numa palavra, a demanda institucional aparece peiada à imediaticidade, com um “fim em si mesma”.

Nessa perspectiva também se encontra um processo de hipervalorização da efemeridade, já que a assistente social, em um curtíssimo espaço de tempo, deve

---

<sup>1</sup> Acerca dessa questão, trataremos no próximo subtópico.

“garantir” a operacionalidade de seu serviço, o que coloca em último plano a sua condição de acionar as mediações necessárias para tal funcionalidade, recaindo na análise superficial e simplista da realidade, que ao final acaba por reforçar a lógica de intervenções que atendam meramente aos interesses institucionais.

Nessa lógica, o profissional competente é aquele que se propõe a cumprir, sem questionamentos, a administração de protocolos e falta de recursos, o trato das demandas como um fim em si mesmas, despidas de mediações e revestidas de metas organizadas pelos programas. No entanto, ao operacionalizar esses procedimentos, o profissional também demonstra certa preocupação com os usuários, via caráter humanitário construído pelo ideário capitalista e até religioso, que reforçam a solidariedade e os valores moralizadores da vida social. Assim, os assistentes sociais se tornam cada vez mais enrijecidos pelo trabalho burocrático e pela administração de medidas gerais [...], além de realizarem o atendimento e a prestação de serviços individuais e grupais (MORAES, 2016, p. 599).

Precisamos considerar que a adesão da assistente social a um determinado projeto profissional, tem como pano de fundo a forma de organização do trabalho em momentos próprios da acumulação capitalista, mas ela pode se dar de forma voluntária, onde a profissional ver seus valores e princípios alinhados aquele projeto, como também pela coação do seu trabalho por parte das instituições empregadoras, que de certa forma são ramificações de interesses do capital. Ambas as direções, mesmo com suas particularidades, são sustentáculos do *ethos* idealista-formal, situação identificada no seguinte recorte da pesquisa:

[...] existem profissionais que não expressam uma identidade profissional consolidada, apresentam dificuldades de identificar suas atribuições, conforme dispostas no Código de Ética Profissional e, conseqüentemente, absorvem todas as demandas que lhes são postas pela instituição, pelos demais profissionais e usuários (AURINO ET AL, 2019, p, 03).

Ainda é possível, diante da relativa autonomia que a assistente social tem, se rebelar contra o que se está posto, e alinhar-se aos valores e princípios do projeto ético-político, que é resultado da cultura crítica construída no Serviço Social desde os anos de 1970. Mesmo diante da tragédia social que aloca no trabalho profissional, ainda temos um elemento basilar de nossa profissão que é o projeto ético-político, reafirmando seus valores e princípios, donde não podemos aceitar o vale tudo, com sério risco para a desprofissionalização e de retrocessos em nossas conquistas das últimas décadas. Assim,

[...] a análise institucional deve ser assumida como uma técnica para o trabalho, capaz de alimentar, a partir das dimensões teóricas, éticas e

políticas, a dimensão técnica do trabalho profissional, por meio de procedimentos necessários ao trabalho do assistente social que viabilizem a identificação dos determinantes causais da realidade institucional e a configuração do mercado de trabalho (MORAES, 2016, p. 600).

Então, é sob os auspícios dos valores emancipatórios, que devemos extrair desse cotidiano os elementos capazes de conhecer melhor a correlação de forças presente nas instituições, às necessidades profissionais, para assim poder negociar com os empregadores, utilizando a relativa autonomia e o conhecimento teórico-prático como forma de apreender essa realidade e assim traçar estratégias, elementos chaves no que convencionou chamar de cultura crítica na profissão.

Por outro lado, o perfil desejado pelas instituições é o de uma técnica adestrada e habilitada, que seja capaz de responder os problemas da “prática”, sob a inspiração institucional, e:

Para responder a esse perfil, a requisição que o assistente social faz às teorias é a de que elas orientam, no âmbito imediato, a intervenção profissional, que permita atender a demandas e requisições institucionais tendo como referencia as exigências do mercado de trabalho. Nesse projeto, o assistente social tem, necessariamente, de manipular um repertório que lhe garanta a operacionalização das suas ações, o qual, quanto mais supostamente isento de determinações valorativas e de conteúdos concretos, mas se torna apto a responde às demandas da organização burocrático-formal que exige impessoalidade, objetividade e neutralidade (GUERRA, 2016b, p. 300).

Assim, no campo do *ethos* idealista-formal, muitas das dificuldades e impasses da realidade institucional encontram uma explicação, aparentemente satisfatória, na frase corriqueira de que *a teoria é uma coisa e a prática é outra*, expressão do próprio conservadorismo, o qual empobrece as análises que possibilitam o estabelecimento das devidas mediações, de proporções crítico-dialéticas, tendo em vista que há um conservadorismo alocado à profissão, como um componente ontológico das demandas que surgem à profissional no mercado de trabalho capitalista.

E diante dessa realidade um tanto adversa à cultura crítica profissional, nós assistentes sociais somos desafiados a recriar nosso trabalho, considerando a contribuição na reprodução material e social dos sujeitos, expresso na prestação de serviços sociais de qualidade, a partir das políticas públicas, na sua dimensão educativa, que incide na cultura das classes subalternas, nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo assim a dimensão coletiva das lutas sociais.

#### 4. Considerações Finais

A intervenção profissional é, portanto, a síntese das mediações entre as determinantes sócio-históricas e institucionais, agregada pelas respostas profissionais vinculadas aos projetos coletivos. Assim sendo, responder as demandas institucionais num sentido conservador é apenas uma das possibilidades que temos, mas não é a única. Se na sociedade existem projetos em disputa, isso implica compreender que muito embora o projeto conservador venha conquistando a direção em muitos aspectos, a classe trabalhadora continua a lutar contra as desigualdades no sentido de uma sociedade emancipada, sem exploração ou opressão de qualquer natureza.

E para além das questões legais que regem a profissão, algo que determina a maneira de ser da profissional, ou seja, seu *ethos* profissional está relacionado ao modo que essas dão respostas às demandas e requisições do cotidiano profissional, os conteúdos e a direção das atividades realizadas no âmbito do trabalho coletivo no enfrentamento das expressões da questão social, na mediação entre as políticas sociais, nas quais estão inseridas.

Concluimos, portanto, que todas as questões que envolvem a desregulamentação e flexibilização do trabalho profissional apontadas aqui, nos parecem convergir em uma direção política-profissional muito nítida, a qual é revelada também em todos os trabalhos analisados acerca da precarização do trabalho das assistentes sociais, qual seja: **a adoção acrítica da racionalidade, das diretrizes e dos interesses institucionais.**

#### Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

AURINO, Ana Lúcia Batista; ATAIDE, Fábila Vanessa Fernandes da Silva; OLIVEIRA, Luciene da Silva Oliveira. O assistente social e a precarização do trabalho: estudo de caso no instituto Cândido Vargas. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em:

<<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1865> > . Acesso em 25 de nov. de 2021.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1. ed. ampliada. Brasília: CFESS, 2012.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. A precarização em movimento: expressões dos seus avanços no trabalho dos/das assistentes sociais nos IFET's. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em:

<<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1865> > . Acesso em 25 de nov. de 2021.

GALEANO, Eduardo H., 1940. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre/RS: L&PM, 2012.

GUERRA, Yolanda. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo, Cortez: 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional In: **Revista Serviço Social e Sociedade: 80 anos do Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, Nº 127, p. 587-607, set/dez. 2016.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 200 In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e apropriação pelo Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Paula Ravagnani; RIBEIRO, Priscila Maitara Avelino; OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de. Formação e trabalho profissional do assistente social: desafios políticos, éticos e pedagógicos. In: CBAS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, em Brasília (DF). – Brasília (DF): ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS - DF, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1865> > . Acesso em 25 de nov. de 2021.